

2.2 PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS:

Submetem-se à consideração do Executivo os seguintes pedidos de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais:

- Associação Canja – Centro de Apoio Nacional a Jovens e Adultos, isenção de taxas de ocupação de espaço público, no valor de **55,40 €;**

- Grupo Desportivo da Misericórdia – publicidade, de acordo com informação anexa.

- ACOFA – Bragafado, isenção de avença mensal de estacionamento, no valor de **19,75 euros/mês;**

Tem parecer da **Divisão Financeira** segundo a qual pelas razões que aponta não são de deferir as referidas isenções.

Nº Informação: 7731

Data: 12/03/2019

Assunto: Proposta de Indeferimento de Isenção

A no de Canja,
em nome de
de de
195313

PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

Nos termos do disposto no nº 1 do artigo H-1/16º do Código Regulamentar do Município de Braga, submete-se pedido de isenção de taxas de Ocupação de Espaço Público, apresentado por "Associação Canja – Centro de Apoio Nacional a Jovens e Adultos", para a realização das designadas "Feirinhas d' ACANJA".

Trata-se de Ocupação de Espaço Público para uma feira ou mercado urbano, prevista no Artigo 50º, nº 3.6 da Tabela de Taxas Municipais 2019 e apresenta a seguinte fundamentação:

"A Atividade Feirinhas D' Canja é dinamizada por técnicos voluntários e foi criada para ajudar no combate ao Isolamento Social, para o incentivo da criatividade e desenvolvimento do Comércio Tradicional, através do contributo das Sócias Artesãs da Associação Canja. O valor angariado na atividade reverte a favor da continuidade das Atividades da Associação (Ex: Aquisição de materiais) e perante o desenvolvimento de dinâmicas sociais na área da Intervenção Social e Comunitária".

O valor das taxas, referente ao mercado a realizar no dia 16 de março, importa em 55,40€.

- Considerando que foi criada taxa específica para este tipo de Ocupação, em reunião de Assembleia Municipal de 30/04/2015, especialmente adaptada a este tipo de evento com grande "consumo" de espaço utilizado, com duração de apenas umas horas, no valor de 0.20€/m2/dia;
- Considerando que o valor das taxas a pagar por cada feira/mercado, se poderá considerar "simbólico";
- Considerando tratar-se de evento realizado com regularidade, que beneficiou de isenção de taxas até à criação da taxa específica;
- Considerando que se trata de promoção de atividade comercial, concorrente dos operadores económicos a exercerem atividade em instalações fixas, sujeitas a vários tipos de tributação;

- Considerando que a isenção ou redução de taxas pressupõe o fundamento no manifesto e relevante interesse municipal da atividade desenvolvida, atendendo ao previsto no artigo H-1/15º e seguintes do Código Regulamentar do Município de Braga;

Sou de parecer que não é de deferir a pretensão aqui veiculada. À consideração superior.

Braga, 12 de março de 2019.

A Divisão Financeira

*Concuso com a informação técnica.
A consideração superior.
Braga, 13/03/19.*

*Concuso.
13/03/2019*

*Concuso. À unidade do h. DN6SP,
Dr. Rafael Lima.*

2019/03/13



Utilizador: Luisa Maria Dias Braga



Nº Informação: 2832
Data: 25/01/2019

*A ... do ... com
pagamento de ...
195313*

Assunto: Informação referente ao E/18739/2018 – Pedido de isenção de Publicidade, no valor de 1 778,40 euros, referente ao ano de 2017, apresentado por "Grupo Desportivo Bairro da Misericórdia", com o NIF 501 623 736.

Em substituição da Informação nº 11/2018, informa-se que:

1 – O requerente é entidade privada sem fins lucrativos, não se vislumbrando que a atividade de Publicidade seja diretamente relacionada com a prossecução das suas atribuições;

2 – Pese embora seja o Grupo Desportivo Bairro da Misericórdia a requerer a isenção, s.m.o não resulta claro, da análise do pedido, que este se destina ao Grupo Desportivo do Bairro da Misericórdia, outrossim a uma entidade privada, com fins lucrativos;

Assim, s.m.o., o pedido não reúne condições de deferimento.

3 – Considerando que não resulta claro que seja a requerente a entidade que promove publicidade, s.m.o. não será esta responsável pelo pagamento das Faturas nºs 011/674 e 011/675 do ano de 2017, no valor global de 1 778,40, pelo que se propõe o seu estorno.

4 – O mesmo se pode dizer do pedido de isenção nº E/61348/2018, referente ao mesmo assunto, o qual, s.m.o., também não reúne condições de deferimento.

A consideração superior.

Jose ...

*Com a minha concordância
à Consideração superior.
Braga, 25/01/19.*

O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

... a ... de ...

14/2/2019 2019/02/04

Utilizador: Luisa Maria Dias Braga



Nº Informação: 2706
Data: 24/01/2019

*À NS do Entregue com
pedido de isenção
19.03.13*

Assunto: Informação referente ao E/68359/2018 - Pedido de isenção de Avença Mensal de Estacionamento, no valor de 19,75 euros/mês, apresentado por "ACOFA - Bragafado", com o NIF nº 501 710 957.

Considerando que:

- 1 - no número 1 do artigo H-1/16º do Código Regulamentar do Município de Braga "Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais" e na sua alínea g) "As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas", podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais";
- 2 - no número 2 do referido artigo H-1/16º, pode ler-se que: "Os benefícios consagrados no presente artigo limitam-se aos atos e factos direta e imediatamente relacionados com a prossecução das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades referidas no número anterior".

Atendendo ao contemplado no nº 2 do artigo H-1/16º, entende-se que o presente pedido não reúne as condições necessárias para ser concedida isenção do pagamento mensal da avença de estacionamento, tendo em atenção que o fim ou finalidade do ato ou facto não está direta e imediatamente relacionado com a prossecução das competências, fins ou finalidades estatutárias.

S.m.o., esta tipologia de pedido de isenção de taxa, associada a atividades para as quais não se vislumbra uma relação direta com a prossecução de atividade de solidariedade social, não deve ser objeto de isenção.

À consideração superior.

*De acob. À unidade de G.
DN6A1,
2019/02/01*

*Com a minha consideração
e consideração superior.
24/01/19.*

*Com a minha consideração
e consideração superior.
24/01/19.*

O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
16/2/2019

Utilizador: Luisa Maria Dias Braga